

# O Senado debate, debate... há 20 dias não delibera

O Senado da República, pelo menos teoricamente, não é apenas um fórum de debates. Por mais graves que sejam as questões ali discutidas, por mais elevado que seja o nível das discussões, por mais ilustres que sejam os debatedores, a Constituição reserva a esta Casa do Congresso Nacional papel bem mais condizente com sua importância dentro do quadro institucional brasileiro.

Entre outras prerrogativas, compete privativamente ao Senado Federal julgar o Presidente da República e seus ministros nos crimes de responsabilidade, desde que a acusação seja formalizada pela Câmara dos Deputados. Cabe-lhe ainda: processar e julgar os ministros do STF e o Procurador-Geral da República nos crimes da mesma natureza; aprovar, previamente, a escolha de magistrados e de chefes de missões diplomáticas permanentes; autorizar empréstimos, operações ou acordos externos de qualquer natureza; legislar para o Distrito Federal; fixar limites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados e Municípios, sem fazer nas demais atribuições legislativas, que divide com a Câmara.

## TROCA DE ACUSAÇÕES

Nos últimos vinte dias, têm-se travado no plenário do Senado debates sobre questões da maior gravidade, os quais, pela posição dos que estão neles envolvidos, têm alcançado repercussão nacional. Ainda há pouco o senador Paulo Brossard, Líder da Oposição, ocupava a tribuna para acusar o Presidente da República de, com o "pacote" de abril, ter rompido em mais de cem lugares a Constituição que jurara defender, manter e cumprir. Em resposta a acusação de tamanha gravidade, o senador Eurico Rezende, Líder do Governo, esclarecia que o presidente assim agira, investido de "poderes revolucionários". Numa outra ocasião, o senador Brossard acusava o Chefe do Governo de ser a mais robusta encarnação do poder pessoal de toda a nossa história. E o líder situacionista via na catilinária do político gaúcho apenas ódio pessoal ao presidente. Serenados os ânimos, após a troca de acusações tão graves, a Oposição voltava a tratar de questões institucionais, pela palavra do senador Marcos Freire (MDB - PE). Surpreendentemente, o senador pernambucano aplaudia o general Augusto Pinochet. Ele comentava a anistia concedida pelo chefe da junta militar chilena a presos políticos e via neste gesto "um ato de sabedoria política". Tão sábio, talvez, não se revelara o ex-deputado Francisco Pinto, quando, em 1974, chamara Pinochet de "açougueiro", no momento em que ele nos visitava. Por causa disso, perdeu o mandato parlamentar. Hoje, Chico Pinto também se surpreende com o gesto de Pinochet: "Ele não é tão feio por dentro como eu pensava".

## REALIDADES DISTINTAS

Mas o que a Oposição pretendia, com a colocação da anistia de Pinochet, era estabelecer um confronto entre a realidade brasileira e a

chilena. Lá, onde correu tanto sangue, lá onde os vencedores se mostravam tão intransigentes, lá, no Chile, procura-se esquecer o passado, promover a reconciliação nacional. Para que então o Presidente Geisel não imitava Pinochet pelo menos neste gesto e fazia o mesmo? Se a subversão está sob controle? Se todos clamam pela pacificação da família brasileira? A resposta veio mais rápido do que se esperava. O líder Eurico Rezende admitia que a anistia está nas preocupações do Governo. Como e quando será concedida ele não sabe. O senador Petrônio Portela, coordenador do diálogo, inclui a questão entre os temas que está levando aos representantes dos mais diferentes segmentos da sociedade. Agora uma coisa é certa, garantiu Rezende: a anistia não será "ampla, irrestrita e recíproca", conforme pretendem setores oposicionistas, dentro e fora do MDB.

Encerrada a longa análise da mensagem anual do Presidente da República, desdobrada em quatro pronunciamentos do líder Paulo Brossard, a Oposição aprofundava, na semana passada, as críticas ao modelo econômico. "Será sensato manter um modelo concentrador - exportador?", indagava o senador Saturnino Braga (MDB - RJ), depois de revelar que em razão desse modelo pagaremos, este ano, 7,5 bilhões de dólares só com juros e amortização da dívida externa. Em resposta o senador Virgílio Távora (Arena - CE) ironizava: "Expandir o mercado interno não paga dívida..." E Saturnino prometia desdobrar os comentários de Brossard sobre a parte econômica da mensagem presidencial, em vários pronunciamentos. "Quanto, seis? Não sei!" Mas o debate que se travou semana passada teve lances curtos, quando Saturnino lamentava ter o general João Baptista Figueiredo afirmado que o modelo econômico não será alterado. "E mais - lembrava Saturnino - disse o general que se o povo repudiar suas idéias, votando na Oposição em novembro próximo, ele explodirá". O senador fluminense considerava que "entre o risco dessa explosão e o aprofundamento do quadro desesperador, a Nação pára, perplexa". O líder Paulo Brossard, que não parecia atento ao discurso de Saturnino, indagou: "Quem explodirá? O General ou o povo?"

Saturnino: "O General disse que ele explodirá junto com muitas forças. É difícil contabilizar essas forças, é difícil avaliar o tamanho da explosão. Mas é uma ameaça que paira no ar."

Brossard: "Lembro - me agora da frase textual: 'que eu expludo' - disse o General".

Saturnino: "Que expludo - estava nos jornais".

Virgílio: "Seria ele, seria o Brasil? V. Exa. veja bem a frase!"

Brossard: "Eu expludo - disse o General - lembro - me agora."

Virgílio: "Veja bem, se ele se referia a si próprio, ao Brasil, ou a era?"

Saturnino: "Entendi, Senador, que

ele se referia a um conjunto de forças militares com as quais ele explodiria junto. Agora, as dimensões dessa explosão acho que V. Exa. talvez possa avaliar melhor do que nós. De qualquer forma, fica uma ameaça no ar. O povo que leu aquela entrevista, não deixou de ficar apreensivo. É óbvio".

Brossard: "E quase explodiu. O nobre senador Virgílio Távora está de malas prontas, se despedindo de nós, por isto é que avança certas assertivas".

O líder do MDB aludia, irônica-mente, à indicação do senador Virgílio Távora para o governo do Ceará. No dia seguinte a esse debate (sexta-feira passada), Virgílio seguia para Fortaleza, onde seria recebido com homenagens.

## DIREITOS HUMANOS

Enquanto os senadores da Arena e do MDB decidiam se o general explodia ou implodia, permanecia na gaveta projeto de lei de autoria do senador Itamar Franco (MDB - MG), que dispõe sobre o ensino obrigatório, em todos os cursos jurídicos do País, da disciplina "Direitos Humanos Fundamentais". Na homenagem ao jurista Vicente Rao, semana passada, tanto o senador José Sarney, pela Arena, como o senador Franco Montoro, pelo MDB, destacavam a preocupação daquele mestre das ciências jurídicas com os direitos humanos. Dizia Rao que "não há democracia sem a declaração dos direitos humanos invioláveis". A despeito disso, o Senado não delibera, há mais de vinte dias, sobre o projeto de Itamar Franco. Há mais de vinte dias, o projeto vem constando da Ordem do Dia do Senado. Tem pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e de Educação, mas não há como deliberar sobre seu destino. Sempre que é submetido a voto, o líder da Arena levanta-se e vota pela rejeição. Ai, então, o líder do MDB pede verificação de presença e constata - se a ausência de "quorum" para deliberar. Isto vem acontecendo há mais de vinte dias. A Arena, majoritária no Senado, esvazia o plenário e não assegura número regimental para a rejeição da matéria, já que esta é a sua intenção. A liderança da Arena quer decidir a parada pelo voto do líder (o "senta - levanta"), certamente para não expor os liderados. Afinal, o que está em questão é apenas a inclusão ou não do tema "Direitos Humanos" nos cursos jurídicos do País. A Arena acha que a matéria já é objeto de estudos em cadeiras do curso de Direito. O MDB não pensa assim, tanto que apresentou o projeto. Enquanto não chegam a um acordo, permanece obstruída a pauta do Senado, que nada tem decidido nos últimos vinte dias, a nível de plenário.

O Senado, como dizíamos a princípio, não é apenas um fórum de debates, por mais ilustres sejam os debatedores, por mais importantes e graves sejam os temas ali ventilados. Uma rápida consulta à Constituição convence disto até os menos avisados.

Alberto Lustosa da Costa